



Bacellar terá esta semana relatório sobre as irregularidades

Caso Gustavo demora 90 dias

O consultor jurídico do IPC, Raymundo Urbano, entregará ao presidente do órgão, senador Ruy Bacellar (PMDB-AM), na quarta ou na quinta-feira, relatório com todas as irregularidades já constatadas na gestão do deputado Gustavo de Faria. Caberá então a Bacellar enviar uma cópia desse relatório às duas Mesas do Congresso, em especial a da Câmara, que só está esperando esse documento para desencadear o processo de cassação de mandato de Gustavo de Faria.

Raymundo Urbano esclareceu ontem que seu relatório não entrará no mérito jurídico da participação de Gustavo de Faria nas irregularidades, mas vai mostrar "uma radiografia" de todas as transações feitas durante a gestão do deputado frente ao órgão, que já são do conhecimento público. O consultor jurídico do IPC disse ain-

da que o relatório não significa que o inquérito estará terminado. As investigações vão continuar.

A Câmara dos Deputados terá um prazo de 90 dias para deliberar sobre a cassação ou não de Gustavo de Faria a partir do momento em que receber o relatório do IPC. Pelas normas da Casa, a Mesa despacha o documento ou o relatório para a Comissão de Constituição e Justiça, que designa um relator para a matéria. Esse relator tem que apresentar um parecer sobre a culpabilidade de Gustavo de Faria ao plenário da comissão. Se o parecer for pela perda de mandato do deputado, a questão vai ao plenário da Câmara, que deverá decidir, em votação secreta, se Faria terá ou não o seu mandato cassado.

Apesar desse prazo regimental, a intenção da Mesa da Câmara é agilizar o mais rapidamente possível o processo contra Faria.